

Língua Portuguesa

1. Tipologia textual: descrição, narração e dissertação	7
2. Leitura e interpretação de diversos tipos de gêneros textuais; Inferência e pressuposição	7
3. Semântica; Sinônimos e antônimos	14
4. Figuras de linguagem: metáfora, metonímia, prosopopeia, antítese, pleonasma e onomatopeia	17
5. Ortografia	21
6. Sinais de pontuação	23
7. Morfologia: estrutura e formação das palavras; Artigo, numeral, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição	24
8. Termos constituintes da oração: essenciais, integrantes e acessórios; Coordenação e subordinação	31
9. Sintaxe de concordância nominal e verbal	35
10. Regência nominal e verbal	36
11. Colocação pronominal	38
12. Crase	39
13. Elementos de coesão e coerência textual	39

Matemática

1. Operações com números naturais	47
2. Múltiplos e divisores	48
3. Números primos	49
4. Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo comum	50
5. Frações	50
6. Números decimais	51
7. Porcentagem	53
8. Juros simples e compostos	56
9. Medidas de comprimento, área, tempo, massa, capacidade e velocidade	58
10. Média e noções de estatística	61

Conhecimentos Específicos

1. Conhecimentos gerais em Concurso, recrutamento e Admissão de pessoal: Nomeação, posse e exercício do servidor	73
2. Formas de provimento e demissão; Cargos públicos: comissionados, efetivos, contratos temporários	73
3. Concurso Público; Estágio Probatório – Avaliação de Desempenho; Da Progressão e Ascensão funcional; Controle e registro da vida funcional de servidores	74
4. Controle de ponto e boletins de frequência	76
5. Elaboração de folhas de pagamentos	78
6. DIREITO ADMINISTRATIVO: Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada	82
7. Princípios básicos da Administração Pública	86
8. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades (Lei Federal nº 9.784/1999)	90
9. Lei Geral da Previdência Social (Lei 8.213, de 24/07/1991)	99

LÍNGUA PORTUGUESA

TIPOLOGIA TEXTUAL: DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO E DISSERTAÇÃO

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE GÊNEROS TEXTUAIS; INFERÊNCIA E PRESSUPOSIÇÃO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece

ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

– Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

– Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- Texto Literário: No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em

diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

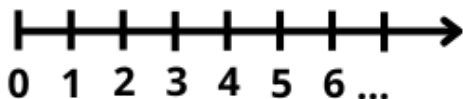
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

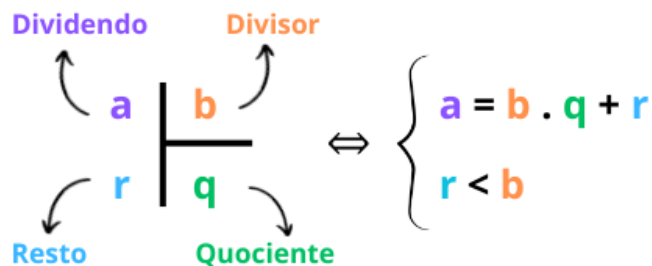
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$

- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$

2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$

3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$

4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$

5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$

6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$

7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$

8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$

9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$
 2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém

30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Solução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

MÚLTIPLOS E DIVISORES

MÚLTIPLOS

Dizemos que um número é múltiplo de outro quando o primeiro é resultado da multiplicação entre o segundo e algum número natural e o segundo, nesse caso, é divisor do primeiro. O que significa que existem dois números, x e y, tal que x é múltiplo de y se existir algum número natural n tal que: $x = y \cdot n$

Se esse número existir, podemos dizer que y é um divisor de x e podemos escrever: $x = n/y$

Observações:

- 1) Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- 2) Todo número natural é múltiplo de 1.
- 3) Todo número natural, diferente de zero, tem infinitos múltiplos.
- 4) O zero é múltiplo de qualquer número natural.
- 5) Os múltiplos do número 2 são chamados de números pares, e a fórmula geral desses números é $2k$ ($k \in \mathbb{N}$). Os demais são chamados de números ímpares, e a fórmula geral desses números é $2k + 1$ ($k \in \mathbb{N}$).
- 6) O mesmo se aplica para os números inteiros, tendo $k \in \mathbb{Z}$.

Critérios de divisibilidade

São regras práticas que nos possibilitam dizer se um número é ou não divisível por outro, sem que seja necessário efetuarmos a divisão.

No quadro abaixo temos um resumo de alguns dos critérios:



(Fonte: <https://www.guiadamatematica.com.br/criterios-de-divisibilidade/> - reeditado)

Vale ressaltar a divisibilidade por 7: Um número é divisível por 7 quando o último algarismo do número, multiplicado por 2, subtraído do número sem o algarismo, resulta em um número múltiplo de 7. Neste, o processo será repetido a fim de diminuir a quantidade de algarismos a serem analisados quanto à divisibilidade por 7.

Outros critérios

Divisibilidade por 12: Um número é divisível por 12 quando é divisível por 3 e por 4 ao mesmo tempo.

Divisibilidade por 15: Um número é divisível por 15 quando é divisível por 3 e por 5 ao mesmo tempo.

DIVISORES

Os divisores de um número n, é o conjunto formado por todos os números que o dividem exatamente. Tomemos como exemplo o número 12.

$$\begin{array}{r} 12 \overline{) 1} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array} \quad \begin{array}{r} 12 \overline{) 2} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array} \quad \begin{array}{r} 12 \overline{) 3} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 12 \overline{) 4} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array} \quad \begin{array}{r} 12 \overline{) 6} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array} \quad \begin{array}{r} 12 \overline{) 12} \\ \underline{0} \\ 12 \end{array}$$

Um método para descobrirmos os divisores é através da fatoraçoão numérica. O número de divisores naturais é igual ao produto dos expoentes dos fatores primos acrescidos de 1.

Logo o número de divisores de 12 são:

$$\underbrace{2^2}_{(2+1)} \cdot \underbrace{3^1}_{(1+1)} = (2 + 1) \cdot (1 + 1) = 3 \cdot 2 = 6 \text{ divisores naturais}$$

Para sabermos quais são esses 6 divisores basta pegarmos cada fator da decomposição e seu respectivo expoente natural que varia de zero até o expoente com o qual o fator se apresenta na decomposição do número natural.

$$12 = 2^2 \cdot 3^1 =$$

$$2^2 = 2^0, 2^1 \text{ e } 2^2 ; 3^1 = 3^0 \text{ e } 3^1, \text{ teremos:}$$

$$2^0 \cdot 3^0 = 1$$

$$2^0 \cdot 3^1 = 3$$

$$2^1 \cdot 3^0 = 2$$

$$2^1 \cdot 3^1 = 2 \cdot 3 = 6$$

$$2^2 \cdot 3^1 = 4 \cdot 3 = 12$$

$$2^2 \cdot 3^0 = 4$$

O conjunto de divisores de 12 são: D (12)={1, 2, 3, 4, 6, 12}
A soma dos divisores é dada por: 1 + 2 + 3 + 4 + 6 + 12 = 28

FATORAÇÃO NUMÉRICA

Para decompor um número natural em fatores primos, começamos dividindo-o pelo menor número primo que seja divisor dele. Realizamos a divisão e obtemos um quociente. Em seguida, pegamos esse quociente e repetimos o processo: dividimos novamente pelo menor número primo que o divide de forma exata. Continuamos esse procedimento até que o quociente final seja 1.

Os números primos usados em todas essas divisões correspondem aos fatores primos do número original. O produto desses fatores primos resulta no próprio número que foi fatorado.

Exemplo:

$$\begin{array}{r} 144 \overline{) 2} \\ 72 \\ \underline{36} \\ 18 \\ \underline{9} \\ 3 \\ \underline{3} \\ 1 \end{array} \quad 144 = 2^4 \times 3^2$$

NÚMEROS PRIMOS

Os números primos¹ pertencem ao conjunto dos números naturais e são caracterizados por possuir apenas dois divisores: o número um e ele mesmo. Por exemplo, o número 2 é primo, pois é divisível apenas por 1 e 2.

Quando um número tem mais de dois divisores, é classificado como composto e pode ser expresso como o produto de números primos. Por exemplo, o número 6 é composto, pois possui os divisores 1, 2 e 3, e pode ser representado como o produto dos números primos 2 x 3 = 6.

Algumas considerações sobre os números primos incluem:

- O número 1 não é considerado primo, pois só é divisível por ele mesmo.
- O número 2 é o menor e único número primo par.

¹ <https://www.todamateria.com.br/o-que-sao-numeros-primos/>

- O número 5 é o único primo terminado em 5.
- Os demais números primos são ímpares e terminam nos algarismos 1, 3, 7 e 9.

Uma maneira de reconhecer um número primo é realizando divisões com o número investigado. Para facilitar o processo fazemos uso dos critérios de divisibilidade:

Se o número não for divisível por 2, 3 e 5 continuamos as divisões com os próximos números primos menores que o número até que:

- Se for uma divisão exata (resto igual a zero) então o número não é primo.
- Se for uma divisão não exata (resto diferente de zero) e o quociente for menor que o divisor, então o número é primo.
- Se for uma divisão não exata (resto diferente de zero) e o quociente for igual ao divisor, então o número é primo.

Exemplo: verificar se o número 113 é primo.

Sobre o número 113, temos:

- Não apresenta o último algarismo par e, por isso, não é divisível por 2;
- A soma dos seus algarismos ($1+1+3 = 5$) não é um número divisível por 3;
- Não termina em 0 ou 5, portanto não é divisível por 5.

Como vimos, 113 não é divisível por 2, 3 e 5. Agora, resta saber se é divisível pelos números primos menores que ele utilizando a operação de divisão.

Divisão pelo número primo 7:

$$\begin{array}{r}
 \text{Dividendo} \quad \text{Divisor} \\
 113 \quad | \quad 7 \\
 \underline{-7} \\
 43 \\
 \underline{-42} \\
 1 \\
 \text{Resto}
 \end{array}
 \quad
 \begin{array}{l}
 16 \\
 \text{Quociente}
 \end{array}$$

Divisão pelo número primo 11:

$$\begin{array}{r}
 \text{Dividendo} \quad \text{Divisor} \\
 113 \quad | \quad 11 \\
 \underline{-11} \\
 03 \\
 \text{Resto}
 \end{array}
 \quad
 \begin{array}{l}
 10 \\
 \text{Quociente}
 \end{array}$$

Observe que chegamos a uma divisão não exata cujo quociente é menor que o divisor. Isso comprova que o número 113 é primo.

MÁXIMO DIVISOR COMUM. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

MÁXIMO DIVISOR COMUM (MDC)

É o maior número que é divisor comum de todos os números dados. Para o cálculo do MDC usamos a decomposição em fatores primos. Procedemos da seguinte maneira:

Após decompor em fatores primos, o MDC é o produto dos FATORES COMUNS obtidos, cada um deles elevado ao seu MENOR EXPOENTE. Exemplo:

MDC (18,24,42) =

Decomposição de 18	Decomposição de 24	Decomposição de 42
18 2	24 2	42 2
9 3	12 2	21 3
3 3	6 2	7 7
1 2x3x3	3 3	1 2x3x7
↓	↓	↓
2×3^2	$2^3 \times 3$	$2 \times 3 \times 7$

Observe que os fatores comuns entre eles são: 2 e 3, então pegamos os de menores expoentes: $2 \times 3 = 6$. Logo o Máximo Divisor Comum entre 18,24 e 42 é 6.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM (MMC)

É o menor número positivo que é múltiplo comum de todos os números dados. A técnica para acharmos é a mesma do MDC, apenas com a seguinte ressalva:

O MMC é o produto dos FATORES COMUNS E NÃO-COMUNS, cada um deles elevado ao SEU MAIOR EXPOENTE.

Pegando o exemplo anterior, teríamos:

MMC (18,24,42) =

Fatores comuns e não-comuns = 2, 3 e 7

Com maiores expoentes: $2^3 \times 3^2 \times 7 = 8 \times 9 \times 7 = 504$. Logo o Mínimo Múltiplo Comum entre 18,24 e 42 é 504.

Temos ainda que o produto do MDC e MMC é dado por: $MDC(A,B) \cdot MMC(A,B) = A \cdot B$

FRAÇÕES

Fração é todo número que pode ser escrito da seguinte forma $\frac{a}{b}$, com $b \neq 0$. Sendo **a** o numerador e **b** o denominador. Uma fração é uma divisão em partes iguais. Observe a figura:



O **numerador** indica quantas partes tomamos do total que foi dividida a unidade.

O **denominador** indica quantas partes iguais foi dividida a unidade.

Lê-se: um quarto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS GERAIS EM CONCURSO, RECRUTAMENTO E ADMISSÃO DE PESSOAL: NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO DO SERVIDOR

A gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública segue regras específicas estabelecidas pela legislação, especialmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.112/1990, que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

A seleção, a nomeação e o desenvolvimento funcional dos servidores estão sujeitos a normas que visam garantir a eficiência, a moralidade, a impessoalidade e a transparência nos atos administrativos.

— Provisamento e Requisitos para Investidura em Cargos Públicos

O provimento de cargos públicos refere-se ao ato administrativo que preenche um cargo público vago com um servidor legalmente habilitado. A investidura é o momento em que o servidor passa a exercer o cargo de maneira formal, ou seja, após atender a todos os requisitos legais.

A investidura em um cargo público exige o cumprimento de alguns requisitos básicos, conforme o art. 5º da Lei 8.112/1990, entre os quais se destacam:

– **Nacionalidade brasileira:** o candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, em alguns casos previstos em lei, estrangeiro com visto de permanência;

– **Gozo dos direitos políticos:** o indivíduo precisa estar em dia com suas obrigações eleitorais e ter pleno exercício dos direitos políticos;

– **Quitação com as obrigações militares:** para os homens, é necessária a comprovação de quitação com o serviço militar obrigatório;

– **Idade mínima de 18 anos:** o candidato deve ter completado 18 anos na data da posse;

– **Nível de escolaridade exigido para o cargo:** É necessário que o candidato tenha a qualificação exigida no edital do concurso, seja ensino fundamental, médio ou superior;

– **Aptidão física e mental:** o candidato deve passar por exames médicos e psicológicos para comprovar sua capacidade para exercer as funções do cargo.

— Nomeação, Posse e Início de Exercício

Nomeação

A nomeação é o ato pelo qual a autoridade competente atribui o cargo público a um candidato aprovado em concurso público ou indica uma pessoa para ocupar um cargo em comissão. Existem dois tipos de nomeação:

– **Nomeação efetiva:** destinada a candidatos aprovados em concurso público para cargos de provimento efetivo, nos quais o servidor, após estágio probatório, adquire a estabilidade;

– **Nomeação para cargos em comissão:** feita por livre escolha da autoridade competente, sem a necessidade de concurso público, para cargos de confiança, geralmente em funções de direção, chefia ou assessoramento.

Posse

A posse é o ato formal de aceitação do cargo público pelo nomeado, através do qual o servidor assume as responsabilidades inerentes ao cargo. Ela deve ocorrer dentro de 30 dias contados da nomeação, sendo indispensável para que o servidor se invista efetivamente no cargo. A posse exige a assinatura de um termo, no qual o servidor se compromete a observar os deveres e obrigações do cargo.

Início de Exercício

Após a posse, o servidor deve entrar em exercício, que corresponde ao início efetivo das suas atividades no cargo público. O prazo para o servidor iniciar suas funções é de 15 dias após a posse. O não comparecimento no prazo legal pode acarretar a anulação do ato de nomeação.

FORMAS DE PROVIMENTO E DEMISSÃO; CARGOS PÚBLICOS: COMISSIONADOS, EFETIVOS, CONTRATOS TEMPORÁRIOS

A contratação de profissionais para cargos temporários e em comissão é uma prática comum em muitas organizações, sejam elas do setor público ou privado. Essa modalidade de contratação visa atender a demandas específicas da instituição, seja para suprir carências temporárias, preencher funções de liderança ou trazer expertise técnica para projetos pontuais. Neste texto, abordaremos os principais aspectos relacionados ao processo seletivo temporário, a contratação para cargos em comissão, bem como os procedimentos de admissão e demissão.

Processo seletivo temporário

O processo seletivo temporário é a etapa inicial desse tipo de contratação. Para preencher vagas temporárias, as organizações costumam seguir algumas etapas importantes, são elas:

– **Definição das vagas:** o primeiro passo é identificar quais as posições que precisam ser preenchidas temporariamente. Isso pode ser motivado por férias, licenças médicas, aumento sazonal de trabalho ou projetos específicos.

– **Divulgação das vagas:** as oportunidades são divulgadas interna ou externamente, dependendo da política da organização. Isso pode envolver a publicação em sites de empregos, veiculação interna de comunicados ou convites diretos a candidatos potenciais.

– **Seleção dos candidatos:** após a divulgação, o processo seletivo ocorre, com a análise de currículos, entrevistas e/ou testes, dependendo da natureza da vaga e da política da empresa.

– **Contratação:** uma vez selecionado o candidato, é formalizada a contratação temporária, estabelecendo-se o período de trabalho e outros detalhes contratuais.

Contratação para Cargos em Comissão

Os cargos em comissão geralmente são posições de liderança ou de confiança dentro de uma organização. Essas contratações não seguem o processo tradicional de seleção, como as vagas temporárias. Em vez disso, são nomeados pela alta administração ou órgão competente e, frequentemente, não requerem concurso público. Os cargos em comissão têm como características:

– **Confiança e liderança:** os ocupantes desses cargos desempenham funções de confiança e liderança, muitas vezes envolvendo tomada de decisões importantes.

– **Nomeação:** a nomeação para um cargo em comissão é feita diretamente pelo gestor responsável, sendo um ato discricionário.

– **Critériosidade:** embora não seja necessário um processo seletivo tradicional, a escolha dos candidatos geralmente é pausada na experiência, competência e afinidade com a missão da organização.

Admissão e Demissão

A admissão e demissão de funcionários temporários e ocupantes de cargos em comissão seguem procedimentos específicos:

– **Admissão:** após a seleção e aceitação da vaga, é realizado o processo de admissão. Isso inclui a formalização do contrato, fornecimento de informações sobre a empresa, treinamento, se necessário, e a inclusão do novo colaborador nos sistemas da organização.

– **Demissão:** o término do contrato temporário ou a substituição de um ocupante de cargo em comissão deve seguir os procedimentos legais e as políticas da empresa. Os motivos para demissão podem variar, desde o término do período contratual até questões de desempenho ou conduta inadequada.

Os processos seletivos temporários e a contratação para cargos em comissão são ferramentas importantes para atender às necessidades específicas de uma organização. Eles permitem flexibilidade na gestão de recursos humanos, desde que sejam conduzidos de maneira transparente e dentro dos parâmetros legais e éticos. A admissão e demissão desses colaboradores devem seguir os protocolos estabelecidos, garantindo uma gestão eficaz da força de trabalho.

CONCURSO PÚBLICO; ESTÁGIO PROBATÓRIO – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO; DA PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAL; CONTROLE E REGISTRO DA VIDA FUNCIONAL DE SERVIDORES

ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SERVIÇO PÚBLICO

O ingresso no serviço público por meio de concurso é apenas o primeiro passo para a efetivação do servidor. Após a nomeação e a posse, o servidor deve passar pelo estágio probatório, um período em que sua aptidão e capacidade para o cargo são avaliadas. Esse processo é fundamental para garantir que o servidor se adapte às exigências da função e demonstre comprometimento com a administração pública.

Dentro do estágio probatório, a avaliação de desempenho desempenha um papel crucial, pois é por meio dela que são analisadas a eficiência, a produtividade e outras competências essenciais do servidor. Esse mecanismo busca garantir que apenas aqueles que atendem aos padrões exigidos pela administração sejam efetivados.

O Estágio Probatório no Serviço Público

Definição e Objetivo:

O estágio probatório é o período inicial do servidor público em um cargo efetivo, durante o qual são avaliadas suas habilidades, competências e conduta no desempenho das funções. O principal objetivo desse período é verificar se o servidor atende aos requisitos técnicos e comportamentais necessários para ser efetivado na administração pública.

Duração do Estágio Probatório:

Segundo a Lei nº 8.112/1990, que rege os servidores públicos federais, o estágio probatório tem duração de 36 meses. Durante esse tempo, o servidor é acompanhado e avaliado periodicamente. Esse prazo pode variar em legislações estaduais e municipais, mas geralmente segue o mesmo princípio.

Importante ressaltar que, apesar de o estágio probatório durar três anos, a estabilidade no serviço público só é adquirida após esse período e com a aprovação em avaliação especial de desempenho. Isso significa que mesmo que o servidor cumpra o estágio probatório, ele ainda pode ser exonerado se não demonstrar aptidão para o cargo.

Direitos e Deveres Durante o Estágio Probatório:

Durante o estágio probatório, o servidor possui praticamente os mesmos direitos dos servidores efetivos, incluindo:

- Remuneração integral;
- Licenças previstas em lei (como licença médica e maternidade);
- Participação em cursos de capacitação.

Entretanto, há algumas restrições. O servidor em estágio probatório não pode:

- Ser cedido para outro órgão, salvo em casos excepcionais previstos em lei;
- Exercer cargo em comissão ou funções de confiança que exijam dedicação exclusiva;

- Solicitar remoção sem justificativa plausível.

Caso o servidor não seja aprovado ao final do estágio probatório, ele poderá ser exonerado sem necessidade de um processo administrativo disciplinar, uma vez que a exoneração não configura penalidade, mas sim a não confirmação na carreira.

Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

Critérios de Avaliação:

A avaliação de desempenho durante o estágio probatório tem como objetivo verificar a compatibilidade do servidor com as exigências do cargo. Os critérios podem variar conforme a administração pública, mas, em geral, incluem:

- **Assiduidade:** Frequência e pontualidade no cumprimento do expediente;
- **Disciplina:** Cumprimento das normas e regulamentos internos;
- **Capacidade de iniciativa:** Proatividade na resolução de problemas e execução de tarefas;
- **Produtividade:** Eficiência no cumprimento das atividades e alcance de metas;
- **Responsabilidade:** Comprometimento com as funções e deveres do cargo;
- **Relacionamento interpessoal:** Capacidade de trabalhar em equipe e lidar com colegas e superiores.

Cada órgão ou entidade da administração pública pode adotar sua própria metodologia de avaliação, utilizando escalas de pontuação, relatórios periódicos e pareceres de chefias imediatas.

Procedimentos da Avaliação de Desempenho:

A avaliação de desempenho no estágio probatório segue um processo contínuo e estruturado, garantindo que o servidor tenha tempo para demonstrar suas competências. Esse processo geralmente envolve:

- **Acompanhamento Periódico:** O servidor é observado durante todo o período, recebendo orientações e feedback sobre seu desempenho.
- **Relatórios de Desempenho:** Periodicamente, são elaborados relatórios avaliativos com base nos critérios estabelecidos.
- **Comissão Avaliadora:** Uma comissão pode ser designada para analisar os relatórios e consolidar a avaliação final.
- **Feedback ao Servidor:** O servidor deve ser informado sobre sua avaliação e, caso haja pontos a melhorar, deve ter a oportunidade de corrigir eventuais deficiências.
- **Decisão Final:** Ao final do estágio probatório, a administração pública decide pela efetivação ou exoneração do servidor.

Caso o servidor discorde da avaliação, ele pode apresentar defesa dentro dos prazos estabelecidos.

Implicações da Avaliação de Desempenho:

Os resultados da avaliação de desempenho no estágio probatório têm impacto direto na carreira do servidor. Se aprovado, ele será efetivado no cargo e adquirirá estabilidade, garantindo maior segurança no vínculo com a administração pública.

Por outro lado, se o servidor for reprovado, ele será exonerado do cargo. Essa exoneração não deve ser confundida com uma penalidade, pois ocorre devido ao não atendimento dos requisitos necessários para a função.

Caso o servidor tenha um desempenho insatisfatório ao longo do estágio probatório, mas demonstre possibilidade de melhoria, a administração pública pode adotar medidas como:

- Capacitação específica para corrigir deficiências;
- Reavaliação dentro de um prazo estipulado;
- Acompanhamento mais próximo por parte da chefia.

Em alguns casos, o servidor pode ser realocado para funções mais adequadas ao seu perfil, desde que haja previsão legal para isso.

PROGRESSÃO E ASCENSÃO FUNCIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO

O desenvolvimento na carreira pública ocorre por meio de mecanismos que permitem a evolução do servidor ao longo do tempo, com base em critérios de mérito e tempo de serviço. Os principais instrumentos para essa evolução são a progressão funcional e a ascensão funcional.

A progressão funcional está relacionada ao avanço dentro da mesma classe ou categoria, geralmente vinculada ao tempo de serviço e à obtenção de avaliações de desempenho satisfatórias. Já a ascensão funcional envolve a promoção do servidor para um cargo ou função de maior complexidade e responsabilidade, muitas vezes exigindo a realização de cursos, certificações ou novos concursos internos.

Progressão Funcional

Definição e Objetivos:

A progressão funcional é o avanço do servidor dentro de sua carreira, sem mudança de cargo, mas com melhoria de sua posição na estrutura administrativa. Esse avanço pode ocorrer de diferentes formas, dependendo da legislação aplicável a cada órgão ou entidade.

A progressão tem como objetivos principais:

- Valorizar o desempenho do servidor público;
- Incentivar a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo;
- Estimular a produtividade e a eficiência na administração pública;
- Promover a retenção de talentos dentro do setor público.

Tipos de Progressão:

A progressão funcional pode ocorrer de diferentes maneiras, conforme previsto nos planos de carreira dos servidores:

- **Progressão por Tempo de Serviço:** Ocorre automaticamente após determinado período de exercício no cargo, desde que o servidor cumpra os requisitos exigidos.
- **Progressão por Mérito:** Depende do desempenho do servidor, avaliado por meio de critérios objetivos, como produtividade, eficiência e comprometimento.
- **Progressão por Capacitação:** Vinculada à participação do servidor em cursos, treinamentos ou obtenção de certificações específicas para sua área de atuação.

Geralmente, os planos de carreira combinam esses critérios para garantir que a progressão funcional esteja associada tanto à experiência quanto ao aprimoramento contínuo do servidor.

Crítérios para Progressão:

Os critérios para progressão variam conforme o regime jurídico de cada órgão ou entidade da administração pública. No entanto, alguns dos principais critérios incluem:

- Tempo de exercício mínimo no cargo ou classe;
- Obtenção de avaliações de desempenho satisfatórias;
- Conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou especialização;
- Participação em projetos estratégicos ou com alto impacto institucional.

Além disso, a progressão funcional deve estar prevista no plano de cargos e salários do órgão, respeitando as normas legais e orçamentárias.

Ascensão Funcional

A ascensão funcional refere-se à mudança de cargo dentro da administração pública, permitindo que o servidor ocupe funções de maior complexidade e responsabilidade. Diferentemente da progressão funcional, a ascensão não ocorre automaticamente, pois exige a comprovação de novas qualificações e, em alguns casos, a realização de concurso interno.

A ascensão funcional tem como objetivos:

- Motivar os servidores a buscarem capacitação contínua;
- Permitir o aproveitamento de talentos dentro do próprio serviço público;
- Melhorar a qualidade da administração pública ao selecionar profissionais qualificados para funções estratégicas.

Formas de Ascensão Funcional:

A ascensão funcional pode ocorrer de diferentes maneiras, dependendo da estrutura da carreira pública:

- Promoção Vertical – O servidor sobe para um nível superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho e cumprimento de requisitos específicos.
- Mudança de Cargo por Concurso Interno – Em alguns casos, a ascensão ocorre por meio de processos seletivos internos, garantindo a igualdade de oportunidades entre os servidores.
- Nomeação para Cargos de Confiança – Alguns servidores podem ascender funcionalmente ao serem designados para cargos de confiança, como chefias ou diretorias.

Requisitos para Ascensão Funcional:

Para que o servidor possa ascender funcionalmente, ele deve atender a uma série de requisitos, que podem incluir:

- Experiência mínima na função atual;
- Conclusão de cursos de especialização ou pós-graduação;
- Resultados positivos em avaliações de desempenho;
- Aprovação em processos seletivos internos (quando exigido).

A ascensão funcional deve respeitar os princípios constitucionais da impessoalidade e da meritocracia, garantindo que todos os servidores tenham oportunidades iguais de crescimento na carreira.

CONTROLE DE PONTO E BOLETINS DE FREQUÊNCIA

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE PONTO

O controle de ponto é um dos mecanismos fundamentais para garantir a organização e a gestão eficiente da jornada de trabalho dentro das empresas.

Ele permite registrar e monitorar a frequência dos funcionários, assegurando que a legislação trabalhista seja cumprida e evitando problemas administrativos e financeiros. Sua importância pode ser observada em diversos aspectos:

Conformidade Legal e Evitação de Penalidades

O controle de ponto é essencial para que as empresas cumpram as exigências da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais regulamentações, como a Portaria 671 do Ministério do Trabalho e Previdência. Segundo a CLT, organizações com mais de 20 funcionários são obrigadas a realizar o controle da jornada de seus colaboradores. O descumprimento dessas normas pode levar a multas, ações trabalhistas e outras penalidades que impactam a reputação e a saúde financeira da empresa.

Cálculo Preciso da Remuneração

Os registros de ponto são indispensáveis para o cálculo correto da folha de pagamento. Isso inclui:

- Horas trabalhadas;
- Horas extras;
- Adicional noturno;
- Faltas e atrasos;
- Banco de horas.

Com um controle de ponto eficiente, a empresa evita pagamentos indevidos ou erros na remuneração, o que poderia gerar insatisfação dos colaboradores e possíveis disputas trabalhistas.

Redução de Conflitos Trabalhistas

Litígios trabalhistas sobre horas extras não pagas, descontos indevidos ou falhas na marcação da jornada são comuns. Um controle de ponto bem implementado serve como prova documental para esclarecer dúvidas e resolver conflitos de forma transparente, protegendo tanto a empresa quanto o funcionário.

Melhoria na Gestão da Produtividade

Ao acompanhar os horários de entrada, saída e pausas dos funcionários, os gestores podem identificar padrões de atrasos, absenteísmo e baixa produtividade. Esses dados permitem a adoção de medidas corretivas, como:

- Redução de atrasos e faltas injustificadas;
- Melhoria na alocação de recursos;
- Implementação de políticas de incentivo à pontualidade.

Facilidade na Gestão de Benefícios e Escalas

Empresas que oferecem benefícios vinculados à jornada de trabalho, como vale-transporte, vale-alimentação e banco de horas, dependem do controle de ponto para administrar corretamente esses incentivos. Além disso, ele é essencial para a organização de escalas de trabalho, principalmente em setores que funcionam em turnos ou possuem horários flexíveis.

